

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019
(Da Sra. SHÉRIDAN)

Requer informações quanto às medidas que estão sendo adotadas para solucionar a crise energética do Estado de Roraima.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às medidas que estão sendo adotadas para solucionar a crise energética do Estado de Roraima.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais as medidas efetivas estão sendo adotadas para solucionar a crise energética do estado de Roraima?
2. Qual a atual situação das obras e dos contratos relativos à construção do Linhão de Tucuruí?
3. Qual a previsão de integração do estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional?
4. Quais alternativas estão sendo utilizadas para resolver a crise energética do estado para além da construção da Linhão? Considerado os impasses de licenciamento ambiental nas obras sob a terra indígena Waimiri-Atroari.
5. De que forma o governo está intervindo para que os altos custos das tarifas de energia não sejam repassados aos consumidores?

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Roraima é a única unidade federativa que não possui conexão com o Sistema Interligado Nacional de energia elétrica. Por esse motivo, encontra-se vulnerável às variações de cenários de suprimento, e dependente de alternativas que não têm conseguido manter parâmetros mínimos de qualidade e confiabilidade de abastecimento.

Desde 2018, os indicadores de duração e frequência de interrupções de serviço (DEC e FEC, medidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL) têm apresentado elevação, tanto no número de descontinuidades como no intervalo de tempo para o restabelecimento do serviço.

Com o agravamento da crise que assola a Venezuela, a importação de energia pouco a pouco foi se tornando uma alternativa de baixa confiabilidade, até sua completa suspensão, ocorrida em março de 2019. Desde então, o Estado vem sendo abastecido por geração termelétrica local, alternativa que não se mostrou confiável até momento. As condições climáticas da região, que apresenta elevadas temperaturas e comprometem o funcionamento das máquinas, bem como os desafios logísticos envolvidos no transporte de diesel até as usinas, contribuíram para elevar ainda mais os números de interrupções de fornecimento.

Adicionalmente, segundo o ranking de tarifas divulgado pela ANEEL, a Roraima Energia é a 8ª concessionária com maior tarifa no País. Esse número deve piorar sensivelmente, considerando que esses valores refletem a realidade do mercado anterior à crise enfrentada após a interrupção do suprimento venezuelano. Dessa forma, é bastante razoável temer que os próximos reajustes tarifários reflitam os recentes acionamentos de termelétricas ocorridos após a interrupção de importações.

Integrantes do governo, incluindo o próprio Presidente da República, têm declarado que a obra da linha de transmissão Manaus-Boa

Vista, que conectará o Estado ao Sistema Interligado Nacional, possui caráter prioritário. O empreendimento foi considerado, pelo Conselho de Defesa Nacional, alternativa energética de cunho estratégico para atendimento ao País, considerando que possibilitará a redução da dependência de um país vizinho. Entretanto, o impasse para a liberação da licença de instalação permanece como entrave para a execução dessa obra imprescindível.

Nesse cenário, é fundamental compreender como têm evoluído as ações do Governo Federal para resolução da crise energética que inflige sobre o Estado de Roraima e a região Norte. O Poder Executivo não pode permanecer inerte diante desses problemas e deve, com base no princípio da transparência, elucidar as informações solicitadas nesse requerimento com o intuito de esclarecer ao povo de Roraima que medidas estão sendo adotadas para resolver o problema do abastecimento de energia elétrica em nosso Estado.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputada SHÉRIDAN